

Apresentação

Com satisfação, apresento a edição especial da Revista do Ministério Público Militar, dedicada ao Direito Internacional Humanitário, em comemoração aos setenta e cinco anos das Convenções de Genebra, que representam o compromisso da comunidade internacional com a proteção das vítimas dos conflitos armados. As Convenções de Genebra, adotadas em 1949, continuam sendo o alicerce documental que guia os Estados e instituições no cumprimento de suas obrigações humanitárias.

Nesta edição, reunimos artigos acadêmicos de juristas e estudiosos do tema, cujas análises oferecem uma leitura crítica sobre o momento de sua criação, desafios e perspectivas da aplicação das Convenções de Genebra no âmbito do Direito Humanitário. A abordagem multifacetada dos textos selecionados permite ao leitor uma compreensão das intersecções entre o Direito Humanitário, o Direito Penal Internacional e os Direitos Humanos, destacando a relevância contemporânea dessas áreas.

Nos atuais conflitos armados, o Direito Internacional Humanitário enfrenta severos desafios. O uso de armas de alta tecnologia, o impacto devastador sobre os civis e estruturas essenciais, além da dificuldade em se garantir a aplicação das normas em conflitos assimétricos, são obstáculos ao pleno cumprimento dos preceitos das Convenções de Genebra. A natureza irregular e imprevisível das guerras atuais, somada à polarização política e à propagação de notícias falsas por meio da *internet*, intensifica a complexidade da proteção dos não combatentes e da responsabilização dos autores de graves violações, tais como os crimes de guerra e os crimes contra a humanidade.

O Ministério Público Militar, como guardião da ordem jurídica e defensor dos direitos fundamentais, deve assumir papel de vanguarda no debate sobre o Direito Internacional Humanitário. O compromisso institucional do MPM em promover o estudo, a difusão e aplicação do Direito Humanitário é refletido em sua atuação e por meio de eventos acadêmicos, colaborações com organizações

internacionais e a produção científica. Com a presente edição, o Ministério Público Militar busca enaltecer a relevância das normas humanitárias, assegurando que elas sejam observadas de forma eficaz, sobretudo pelas Forças Armadas brasileiras.

Este volume especial procura contribuir para o aprofundamento das discussões sobre questões relevantes do Direito Internacional Humanitário, tais como a proteção de populações vulneráveis, do patrimônio natural e a adaptação de seus instrumentos às novas formas de hostilidade. Ao fazê-lo, pretendemos fomentar a reflexão crítica e a conscientização da importância da manutenção dos princípios humanitários insculpidos nas Convenções de Genebra, como balizas intransponíveis em qualquer cenário de confrontos armados, pois elas, ao completarem setenta e cinco anos, permanecem como um símbolo de resiliência do direito perante as adversidades da guerra.

Espero que esta edição especial da Revista do Ministério Público Militar sirva como valiosa fonte de consulta e inspiração para todos aqueles envolvidos, de alguma forma, na construção de um mundo mais justo e humanizado.

Boa leitura!

CLAURO ROBERTO DE BORTOLLI
Procurador-Geral da Justiça Militar